

1º RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

OUTUBRO DE 2021

FB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL N.º 5001791-71.2021.8.21.0114

VARA JUDICIAL DA COMARCA DE NOVA PETRÓPOLIS - RS
JUIZ: DR. FRANKLIN DE OLIVEIRA NETTO



VON SALTIEL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

VON SALTIEL
Administração Judicial

AUGUSTO VON SALTIEL
GERMANO VON SALTIEL
Profissionais Responsáveis

atendimento@vonsaltiel.com.br
www.vonsaltiel.com.br



VON SALTIEL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

SUMÁRIO

Glossário	03
01 Considerações iniciais	05
02 Estrutura do Passivo	09
03 Cronograma e Acompanhamento Processual	11
04 Resumo das atividades realizadas pela Administração Judicial	13
05 Informações Operacionais Econômico-Financeiras	15
06 Considerações Finais	21
07 Anexos	23



GLOSSÁRIO

- AGC - Assembleia-Geral de Credores
- AJ - Administradora Judicial
- AH - Análise Horizontal
- AV - Análise Vertical
- BP - Balanço Patrimonial
- DRE - Demonstração do Resultado do Exercício
- EBITDA - É a sigla em inglês para *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*. Em português, “Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”
- LREF - Lei n.º 11.101 de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária
- PL - Patrimônio Líquido
- PRJ - Plano de Recuperação Judicial
- Recuperanda – FB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (“FB COMÉRCIO”)
- RJ - Recuperação Judicial
- RMA - Relatório Mensal de Atividades



01 | *CONSIDERAÇÕES INICIAIS*

Função do Administrador Judicial

O Administrador Judicial é o agente auxiliar da justiça e de confiança do Juiz que, ao assumir as suas funções, compromete-se a bem e fielmente desempenhar o encargo, com as responsabilidades a ele inerentes. O principal dever da Administração Judicial na recuperação judicial consiste em fiscalizar as atividades do devedor, porquanto este permanece na gestão empresarial.

O resultado dessa fiscalização é materializado por meio da apresentação de relatórios mensais (RMA), cujo dever é estabelecido à Administração Judicial no art. 22, II, 'c', da Lei n.º 11.101/05 (LREF), recentemente incluída pela Lei n.º 14.112/20, segundo o qual:

Art. 22. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e do Comitê, além de outros deveres que esta Lei lhe impõe:

II – na recuperação judicial:

c) apresentar ao juiz, para juntada aos autos, relatório mensal das atividades do devedor, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações prestadas pelo devedor; (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020)

As informações apresentadas nos relatórios serão sempre baseadas em dados contábeis, financeiros e operacionais apresentados pela recuperanda, sob as penas do art. 171 da LREF. Tais informações, todavia, não serão objeto de exame independente ou de procedimento de auditoria, de forma que não se poderá garantir ou afirmar a sua correção, precisão e completude.

Função do Administrador Judicial

Isso porque, como bem referem Daniel Carnio e Alexandre Correa, *“a intenção do legislador nessa norma é a de que a administração verifique a plausibilidade e a veracidade da documentação apresentada pelo devedor, servindo como efetivo ente fiscalizatório”*. Mais adiante, acrescentam que *“a inclusão da alínea ‘c’, inciso II, do referido artigo não ocorreu para responsabilizar o auxiliar do juízo por informações inverídicas prestadas pela recuperanda”, mas sim para obrigá-lo “a fiscalizar essas informações e conferir, dentro das suas possibilidades de trabalho, se os dados possuem lastro na realidade da empresa”* (COSTA, Daniel Carnio. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005/ Daniel Carnio Costa, Alexandre Correa Nasser de Melo – Curitiba: Juruá, 2021, pp. 107-109).

O presente relatório, portanto, não objetiva atestar a veracidade e a conformidade das informações contábeis e financeiras prestadas pelo devedor. Objetiva, por outro lado, conferi-las, a fim de aferir se guardam embasamento com a realidade coletada pela Administração Judicial nas vistorias – físicas e/ou virtuais – realizadas nas instalações do devedor.

Nesse sentido, o presente relatório tem como objetivo reunir, de forma sintética, as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da recuperação judicial da empresa FB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., ofertando ao Juiz, ao Ministério Público, aos credores e aos demais interessados um relato transparente dos principais fatos ocorridos no período analisado.

O período objeto de análise processual e operacional corresponde ao mês de **outubro de 2021**.

Descrição da recuperanda e Causas da Crise

A recuperanda foi fundada em 11/12/2009, na cidade de Picada Café, atuando na área *de minimercado, comércio varejista de frutas e verduras, produtos de padaria e confeitaria, comércio varejista de carnes e de GLP*. Em 2017, a empresa ampliou seu objeto social para mercearias e armazéns, fabricação de produtos de padaria e confeitaria e comércio varejista de Gás Liquefeito de Petróleo. Após abrir uma filial em 2019, na mesma cidade, a recuperanda constituiu, em 2021, um supermercado na cidade de dois irmãos, oferecendo uma ampla gama de produtos, típica do comércio supermercadista.

Citou como **causas concretas e razões da crise econômico-financeira** pela qual atravessa:

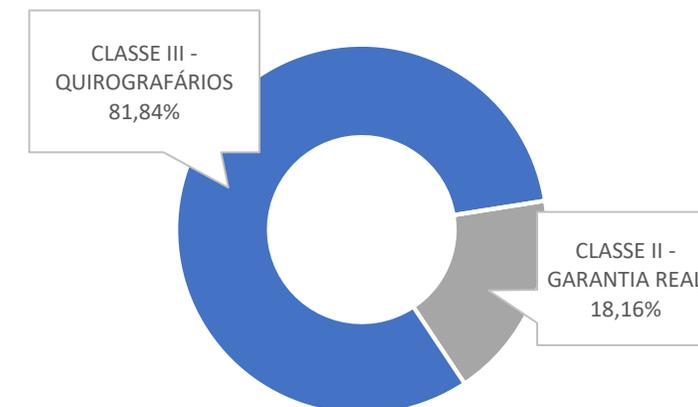
- Oscilações no faturamento, fruto da instabilidade causada pela pandemia de Covid-19;
- A não concretização das expectativas de melhora econômica (redução do desemprego e aumento do consumo), após investimento realizado em maio/2021 para a abertura da filial de Dois Irmãos;
- A necessidade de contratar empréstimos para manter as lojas abastecidas fez com que os bancos reduzissem as linhas de crédito da empresa, enquanto mantiveram a cobrança das parcelas dos empréstimos já realizados. De acordo com as projeções feitas, tais obrigações seriam pagas com o aumento do resultado operacional da nova unidade de Dois Irmãos, fato que não se concretizou;
- O somatório desses fatores fez com que a recuperanda atrasasse o pagamento aos fornecedores, levando a protestos e execuções, colocando-a sob risco de falência.



02 | ESTRUTURA DO PASSIVO

Passivo sujeito à Recuperação Judicial

CLASSES	Nº DE CREDORES	VALOR (R\$)
CLASSE I - TRABALHISTAS	0 0,00%	R\$0 0,00%
CLASSE II - GARANTIA REAL	1 0,63%	R\$633.386 18,2%
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS	158 99,37%	R\$2.854.605 81,8%
CLASSE IV - ME PP	0 0,00%	R\$0 0,00%
TOTAL	159 100,0%	R\$3.487.991 100,0%



CLASSES	PRINCIPAIS CREDORES	VALOR	% SOBRE O PASSIVO SUJEITO A RJ
CLASSE II - GARANTIA REAL	BANCO SAFRA S.A.	R\$633.386	18,16%
CLASSE VI - QUIROGRAFÁRIOS	COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO SICREDI P	R\$462.198	13,25%
CLASSE VI - QUIROGRAFÁRIOS	BANCO DO BRASIL S/A	R\$270.074	7,74%
CLASSE VI - QUIROGRAFÁRIOS	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$221.335	6,35%
CLASSE VI - QUIROGRAFÁRIOS	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	R\$212.027	6,08%
TOTAL - TOP 5 CREDORES		R\$1.799.019	51,58%

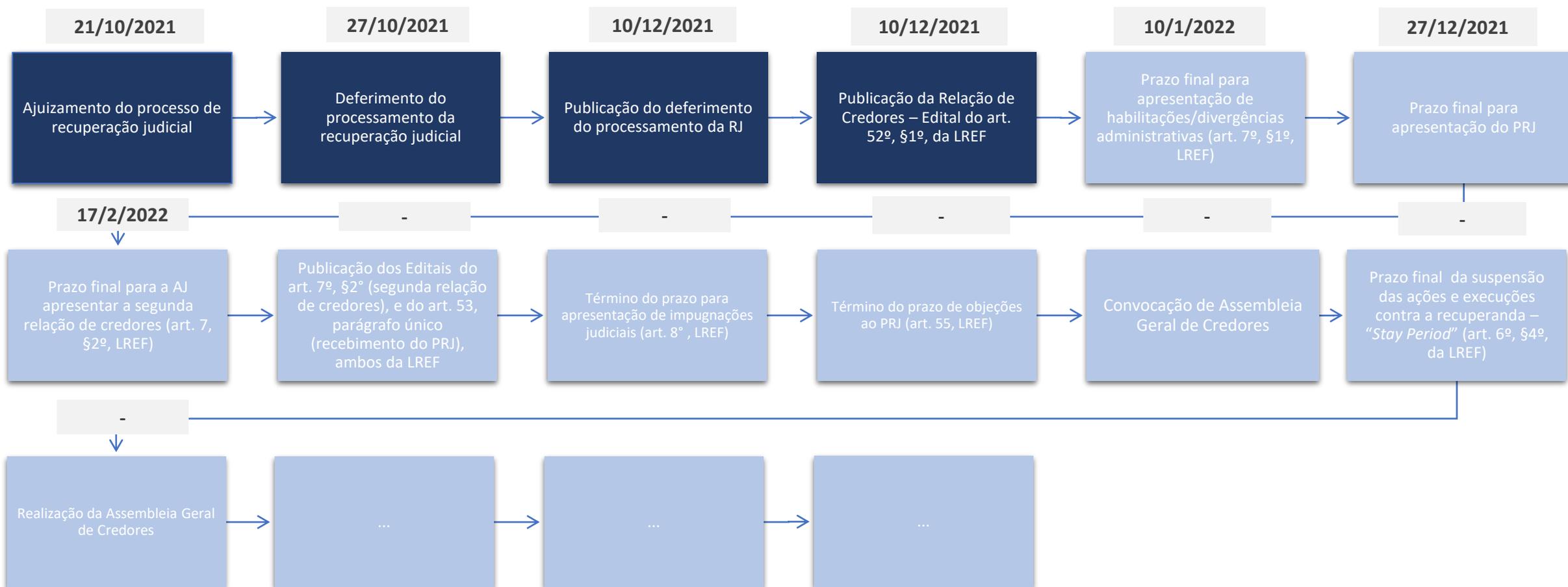


*03 | CRONOGRAMA E
ACOMPANHAMENTO
PROCESSUAL*

03 | CRONOGRAMA E ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL

Cronograma processual

■ Evento Ocorrido ■ Evento Não Ocorrido





*04 | RESUMO DAS
ATIVIDADES REALIZADAS PELA
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL*



Resumo das Atividades de competência da AJ

Atendimento e prestação de informações a credores;

Solicitação e análise da documentação contábil, bem como das atividades da recuperanda;

Vistoria à sede da recuperanda, de forma a verificar a continuidade da atividade e angariar informações sobre a operação;

Elaboração dos Relatórios Mensais de Atividades (RMA), fiscalização dos procedimentos inerentes ao correto andamento do processo de recuperação judicial e prestação de informações à VARA JUDICIAL DA COMARCA DE NOVA PETRÓPOLIS – RS.



*05 | INFORMAÇÕES
OPERACIONAIS |
ECONÔMICO-FINANCEIRAS*

Informações operacionais

Esta seção explora as principais variações econômicas, financeiras e patrimoniais da recuperanda, mediante a análise dos principais indicadores que evidenciam a evolução do processo de recuperação da empresa.

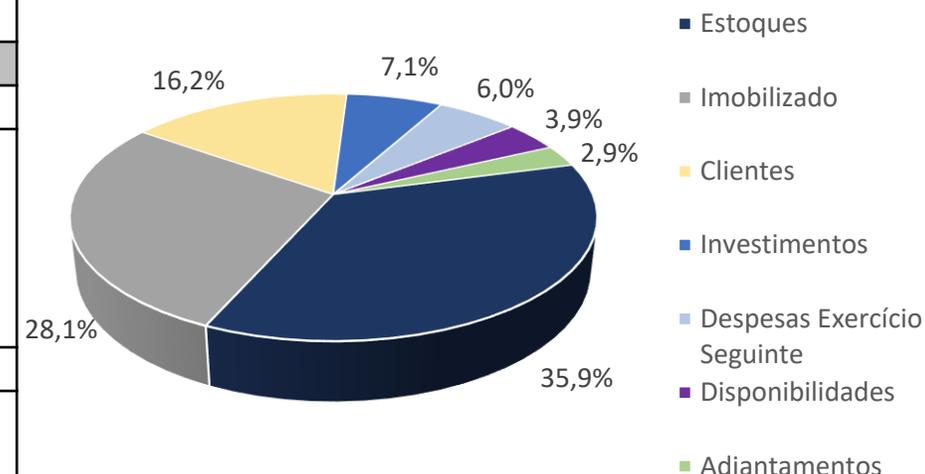
De maneira a retratar essa evolução, foram utilizadas, para este relatório mensal de atividades, informações constantes do balancete de **outubro de 2021**, disponibilizado a esta equipe técnica.

A Administração Judicial, com o escopo de trazer transparência ao processo de recuperação judicial, dispõe de site específico (www.vonsaltiel.com.br), no qual disponibiliza aos credores e aos demais interessados os principais documentos do presente processo.

A integralidade da documentação está disponível em arquivo digital (PDF) em página compartilhada em nuvem do Dropbox (https://www.dropbox.com/sh/a69ci37owxpz80i/AAA_MCchE8SYs05js--Hu69Ka?dl=0) ou, ainda, poderá ser solicitada à Administração Judicial, que, como já tem feito, a encaminhará via e-mail.

Balanco Patrimonial | 2021 – ATIVO

(Valores em R\$)	set/21	out/21	AV ¹	AH ¹
ATIVO TOTAL	3.245.242	3.329.951	100,0%	2,6%
Ativo Circulante	2.062.289	2.158.767	64,8%	4,7%
Disponibilidades	117.665	130.927	3,9%	11,3%
Clientes	483.235	538.794	16,2%	11,5%
Estoques	1.166.463	1.194.120	35,9%	2,4%
Adiantamentos	94.926	94.926	2,9%	0,0%
Despesas Exercício Seguinte	200.000	200.000	6,0%	0,0%
Ativo Não Circulante	1.182.953	1.171.184	35,2%	-1,0%
Investimentos	234.944	234.944	7,1%	0,0%
Imobilizado	948.008	936.240	28,1%	-1,2%



Ativo

Conforme documentação disponibilizada pela recuperanda, observou-se que, em outubro de 2021, **64,8% dos ativos** detidos pela empresa encontravam-se em nível circulante. “Estoques”, a conta mais expressiva do ativo circulante, apresentou saldo aproximado de R\$ 1,2 milhão. A rubrica **Clientes** totalizou **R\$ 538.794,14** no mês em questão, aumento de **11,5%** se comparado ao mês de setembro de 2021. A rubrica Disponibilidades também apresentou aumento, cerca de R\$ 13 mil, totalizando R\$ 130.926,78 em outubro de 2021.

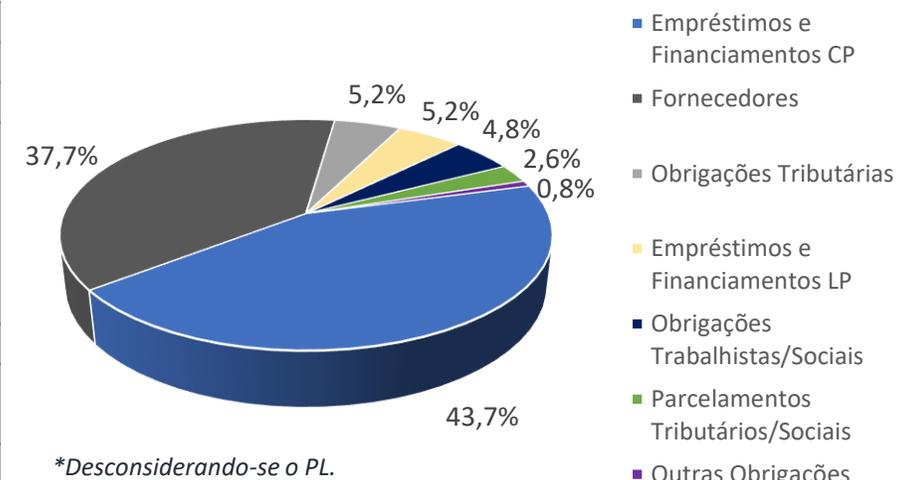
Em nível não circulante, a maior parcela correspondeu à **Imobilizado**, aproximadamente R\$ 766,2 mil; na conta de Realizável a Longo Prazo, constaram Depósitos Judiciais e Consórcios, perfazendo o montante de R\$ 38.564,00.

¹ Análise Vertical: representatividade das contas sobre o total do ativo em outubro/21;

¹ Análise Horizontal: variação das contas entre setembro e outubro/21.

Balanco Patrimonial | 2021 – PASSIVO

(Valores em R\$)	set/21	out/21	AV ¹	AH ¹
PASSIVO TOTAL	4.250.701	4.260.567	100,0%	0,2%
Passivo Circulante	4.255.419	4.265.285	100,1%	0,2%
Fornecedores	1.745.305	1.743.499	40,9%	-0,1%
Empréstimos e Financiamentos CP	2.058.207	2.022.233	47,5%	-1,7%
Obrigações Tributárias	215.585	241.473	5,7%	12,0%
Obrigações Trabalhistas/Sociais	198.832	220.591	5,2%	10,9%
Outras Obrigações	37.490	37.490	0,9%	0,0%
Passivo Não Circulante	359.579	359.579	8,4%	0,0%
Empréstimos e Financiamentos LP	238.482	238.482	5,6%	0,0%
Parcelamentos Tributários/Sociais	121.097	121.097	2,8%	0,0%
Patrimônio Líquido	- 364.297	- 364.297	-8,6%	0,0%



Passivo

Conforme documentação disponibilizada pela recuperanda, observou-se que, em outubro de 2021, a maior parcela das obrigações encontrava-se em nível circulante, em especial, **Empréstimos e Financiamentos**, saldo de aproximadamente R\$ 2 milhões, e Fornecedores, total de aproximadamente R\$ 1,7 milhão. As rubricas Obrigações Tributárias e Obrigações Trabalhistas/Sociais apresentaram aumento de 12% e 10,9%, respectivamente, totalizando cerca de R\$ 241 mil e R\$ 221 mil. Tais acréscimos se devem principalmente aos saldos de COFINS e INSS a recolher. As demais rubricas do agrupamento não apresentaram variações relevantes.

Em nível não circulante, constam Empréstimos e Financiamento de longo prazo e Parcelamentos Tributários/Sociais, que totalizaram cerca de R\$ 238 mil e R\$ 122 mil, respectivamente.

O patrimônio líquido encontra-se negativo, R\$ -364.296,96, por conta de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

¹ Análise Vertical: representatividade das contas sobre o total do passivo em outubro/21 (incluindo-se o patrimônio líquido);

¹ Análise Horizontal: variação das contas entre setembro e outubro/21 (incluindo-se o patrimônio líquido).

Demonstrativo de Resultado do Exercício | janeiro-outubro/2021

(Valores em R\$)	Janeiro-Outubro/21	AV ¹
Receita Bruta	8.368.380	100%
Deduções	-602.545	-7,2%
Receita Líquida	7.765.835	92,8%
CPV/CSV	-5.787.487	-69,2%
Resultado Bruto	1.978.348	23,6%
Despesas Operacionais	-2.447.246	-29,2%
Resultado Financeiro	-453.839	-5,4%
Outras Despesas	-13.592	-0,2%
Resultado Líquido	-936.329	-11,2%


DRE Sintético

No resultado acumulado de janeiro a outubro de 2021, a **receita líquida** da recuperanda totalizou **R\$ 8.368.379,78**.

O resultado bruto não foi suficiente para a cobertura de custos e despesas fixas; observou-se também elevada representatividade de despesas financeiras (juros passivos, por exemplo) sobre a estrutura de resultados da recuperanda.

O prejuízo líquido acumulado foi de aproximadamente R\$ 936,3 mil no período em análise.

¹Análise Vertical: representatividade de cada conta sobre a receita bruta acumulada de janeiro a outubro/21;



Conforme relatório de folha de pagamentos, disponibilizado a esta equipe técnica, a empresa contava, em outubro de 2021, com **25 (vinte e cinco) funcionários ativos em seu quadro laboral.**



06 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

DIANTE DO EXPOSTO, a Administração Judicial vem, com o devido acato, perante Vossa Excelência, requerer:

- a) o recebimento do primeiro relatório de atividades da recuperanda, referente ao mês de **outubro de 2021**, a fim de fornecer a todas as partes interessadas os principais tópicos do processo de recuperação em questão até o momento;
- b) após a devida análise pelos órgãos competentes, o julgamento do presente relatório.

Sendo o que se cumpria reportar, a Administração Judicial permanece à disposição desse douto Juízo, bem como da coletividade dos credores e da recuperanda para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Nesses Termos,
É o Relatório.

Porto Alegre/RS, 15 de dezembro de 2021.

VON SALTIEL
ADMINISTRADORA JUDICIAL

AUGUSTO VON SALTIEL
OAB/RS 87.924

GERMANO VON SALTIEL
OAB/RS 68.999



07 | ANEXOS

Esta Administração Judicial junta, abaixo, fotos extraídas quando das vistorias realizadas à sede da recuperanda, de forma a verificar a continuidade das atividades e angariar informações sobre a operação:





VON SALTIEL

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL



PORTO ALEGRE | RS

Rua Manoelito de Ornellas, n° 55
| Sala 1501
Trend Corporate
CEP 90160-091



CAXIAS DO SUL | RS

Rua Tronca, n° 2660
Tronca Corporate
CEP 95010-100



SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA | RS

Rua Francisco J. Lopes, n° 555,
Sala n° 09
CEP 95500-000



www.vonsaltiel.com.br



atendimento@vonsaltiel.com.br



+55 51 3414-6760